

Uma ajuda de R\$ 3,2 bilhões

Sem fazer alarde, Governo socorre estados e municípios com problemas financeiros

Givaldo Barbosa/18-4-95

Maria Luiza Abbott e Regina Alvarez

BRASÍLIA

Sem fazer alarde, o Governo federal está socorrendo estados com problemas financeiros considerados inadiáveis pelo Ministério da Fazenda. Os bancos federais, a Caixa Econômica Federal e o BNDES já concederam empréstimos para vários estados, no valor de R\$ 3,2 bilhões. A ajuda, no entanto, ficará muito além desse valor, embora não haja estatísticas confiáveis sobre o endividamento dos governos estaduais, que já comprometeu o esforço de redução do déficit do setor público para 3% do PIB neste ano.

O BNDES é o último trunfo do Governo para tentar conter o aumento da dívida de estados e municípios. O banco já liberou R\$ 1,1 bilhão para cinco governadores, em troca de ações de estatais estaduais que serão privatizadas, mas a ajuda deve chegar a R\$ 1,6 bilhão, com a inclusão de outros estados. Esse valor não basta para cobrir todas as necessidades de financiamento dos estados e a situação deve se agravar com os gastos com as eleições.

BNDES já assinou acordos com cinco governadores

Pelas últimas projeções da Câmara de Política Econômica, para que a meta de déficit operacional (que exclui a variação da inflação e do câmbio) do setor público de 3% do PIB fosse atingida, estados e municípios precisariam fechar o ano em equilíbrio no conceito primário, que exclui os juros da dívida. Mas, até junho, apresentaram déficit primário superior a 1% do PIB.

O BNDES assinou acordos com Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Alagoas, e está negociando com Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Para obter os financiamentos, os governadores precisaram de autorização das Assembleias Legislativas para privatizar suas empresas e repassar ao banco ações das que serão vendidas.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou também os estados a refinanciarem R\$ 1,9 bilhão devido a bancos privados e oficiais, através de operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO). Esta dívida poderá ser renegociada com a Caixa, em melhores condições. Além disso, os ministérios da Fazenda e do Planejamento preparam um programa de alongamento das dívidas de estados e municípios, para reduzir os encargos. O principal negociador com os estados é o secretário-executivo da Fazenda, Pedro Parente. A proposta prevê refinanciamento em 30 anos, com juros de 6% ao ano e proibição de emissão de novos títulos

nesse período. A diferença entre o custo de captação do Tesouro e as condições de pagamento será incorporada ao financiamento ao fim dos 30 anos.

Os gastos eleitorais são responsáveis por apenas parte da deterioração das contas. O Governo federal descobriu que prefeitos e governadores vêm conseguindo autorização do Senado para emitir títulos destinados ao pagamento de precatórios (ordem da Justiça para que sejam pagas indenizações), mas usam os recursos para outras despesas. O Senado já autorizou a emissão de mais de R\$ 3 bilhões em papéis.

Outro fator que contribuiu para aumentar o déficit dos estados no primeiro semestre são os "esqueletos do armário": dívidas atrasadas com pessoal e fornecedores que não eram computadas no cálculo do déficit público pelo conceito "abaixo da linha". Os estados fecharam um acordo com o Tesouro que resultou num empréstimo de R\$ 2,1 bilhões da Caixa para quitar os atrasados e refinar operações de ARO. Com isso, a dívida consolidada cresceu, elevando o déficit. Pelos cálculos da equipe econômica, o financiamento da Caixa representa quase 50% do crescimento das dívidas dos estados.

A ajuda do BNDES com antecipação de receita de privatização pode melhorar as contas estaduais, porque os governadores estão usando esses recursos para quitar dívidas em atraso e cobrir gastos correntes. Pelos critérios internacionais, as receitas da privatização não poderiam ser consideradas para a redução do déficit público, pois pressupõem a venda de ativos. Mas, como o Governo só consegue medir o déficit pela variação do estoque da dívida dos estados, na prática a antecipação de receita de privatização servirá para melhorar o desempenho das contas.

Governos estaduais já estão fazendo ajustes para reduzir custos

Embora os estados apareçam como os vilões do déficit este ano, junto com a Previdência, o Governo acha que esses números não refletem a extensão do ajuste feito pela maioria dos governadores. A ajuda liberada pela Caixa, por exemplo, foi condicionada ao cumprimento de metas rígidas para gastos com pessoal e custeio em geral. Os estados tiveram que se comprometer com programas de demissão voluntária, privatização e arrecadação. Alguns governadores conseguiram elevar a arrecadação do ICMS em 20%. Rio, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul estão promovendo ajustes efetivos nas suas contas. No Rio Grande do Sul, o governador Antonio Britto conseguiu reduzir a folha em 15 mil funcionários, com um programa de demissão voluntária. ■



O SECRETÁRIO-EXECUTIVO do Ministério da Fazenda, Pedro Parente: o principal negociador no pacote de socorro aos estados